

**Mulheres, (homos)sexualidade e diferenças:
uma reflexão sobre políticas públicas segmentadas¹**

Regina Facchini
Programa de Doutorado em Ciências Sociais - IFCH/Unicamp

Resumo: Este trabalho articula uma reflexão com base em pesquisa de doutorado conduzida entre 2003 e 2008 com mulheres com práticas homoeróticas na Grande São Paulo. O material discutido é proveniente da utilização de metodologia qualitativa (observação etnográfica e entrevistas semi-estruturadas) e o universo de entrevistadas é composto por mulheres, entre 18 e 50 anos, com diferentes inserções raciais, de diferentes estratos sociais e identidades sexuais. A análise considera as intersecções entre diversos marcadores sociais de diferença, tais como classe, gênero, sexualidade, geração e raça e seu impacto nas convenções sobre sexualidade, gênero e corpo e nas relações sociais estabelecidas por essas mulheres para refletir sobre a noção de um “corpo lésbico”, que tem norteadas as demandas por políticas de saúde desde os anos 1990. Além disso, noções como “contextos de vulnerabilidade” e “transversalidade”, presentes no jargão dos gestores públicos de saúde, também são levadas em conta na análise proposta. Desse modo, este trabalho procura colaborar para a reflexão sobre políticas públicas direcionadas a determinados segmentos da população, que vêm sendo delineadas e colocadas em prática nas últimas décadas no Brasil.

Palavras-chave: gênero e sexualidade, interseccionalidades, políticas públicas

Desde os anos 1980 vimos assistindo uma mudança substancial na relação entre Estado e movimentos sociais, bem como na forma de operar políticas públicas no Brasil. Numa retrospectiva acerca de gênero e políticas públicas, Farah (2004) delineia um processo no qual a redemocratização do Estado brasileiro, que envolveu a democratização de processos decisórios e a inclusão de novos segmentos populacionais como beneficiários de políticas públicas, coincide com o fortalecimento dos movimentos de mulheres e feministas. Sob uma tensão permanente entre o vetor “eficiência” – relacionado a pressões do Banco Mundial - e o vetor “democratização dos processos decisórios e do acesso a serviços públicos”, surgem a partir do início dos anos 1980 as primeiras políticas focalizadas para mulheres e aprofunda-se um processo de participação do movimento social no processo de formulação, implementação e controle de políticas públicas.

¹ Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2008, Porto Seguro, Bahia, Brasil. A pesquisa a que se refere o *paper* foi desenvolvida no Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Unicamp, sob orientação da Prof^{ra} Dr^a Maria Filomena Gregori e com financiamento do CNPq.

Processos igualmente complexos, envolvendo uma gama diversa de atores políticos em âmbito nacional e internacional, se desenvolveram em relação a outros sujeitos políticos ou segmentos populacionais a partir dos anos 1990. Assim, vemos surgir na agenda política brasileira as primeiras referências ao que, no início deste século, seriam as “ações afirmativas” com foco na redução das desigualdades de gênero, combate ao racismo e as políticas de juventude.

Todavia, há sempre questionamentos acerca da adequação e da eficácia das políticas focalizadas, sobretudo na abordagem da interconexão entre desigualdades raciais, de gênero, geracionais e temas como a pobreza. Recentemente, assiste-se a um processo de multiplicação de sujeitos políticos no campo dos movimentos sociais que é acompanhado no campo das políticas públicas por uma “focalização da focalização”, que surge associada ao uso de expressões como “vulnerabilidade” ou “populações mais vulneráveis”.

Não é objetivo deste trabalho questionar a importância do reconhecimento dos direitos de parcelas cada vez mais amplas da população, nem mesmo contestar estratégias políticas acionadas pelos movimentos sociais ou pelo Estado para alcançar a democratização do acesso a políticas públicas. Trata-se mais propriamente de um exercício de reflexão que, tomando esse contexto como pano de fundo, nos remete, por um lado, para o processo de produção de políticas públicas por atores do Estado e do movimento social e, por outro, para o processo de produção de diferenças num dado “segmento populacional”, as lésbicas, assim reconhecido no interior de programas governamentais recentes.

Como ponto de partida para a reflexão, tomo as considerações de Joan Scott (2005) sobre as relações entre igualdade e diferença, direitos individuais e identidades de grupo, num *paper* que toma por foco acusações que recaem sobre a ação afirmativa, como a de ser uma forma de “‘preferência de grupo’ que discrimina indivíduos”. Concorro com a afirmação de que ao posicionar igualdade/diferença ou indivíduos/grupos como opostos, perdemos de vista suas interconexões e deixamos de reconhecê-los como conceitos interdependentes e que estão em constante tensão com soluções historicamente específicas, o que traria resultados “melhores e mais democráticos” (Scott, 2005: 12). Scott afirma que “a identidade é um processo complexo e contingente” e a “política é a negociação das identidades e dos termos de diferença entre elas” e enuncia alguns paradoxos que considera como o próprio material a partir do qual políticas são construídas e a história é feita” (idem: 29). Para retomar os paradoxos apresentados pela autora temos que:

- 1) A igualdade é um princípio absoluto e uma prática historicamente contingente.
- 2) Identidades de grupo definem indivíduos e renegam a expressão ou percepção plena de sua individualidade.

3) Reivindicações de igualdade envolvem a aceitação e a rejeição da identidade do grupo atribuída pela discriminação. Ou, em outras palavras: os termos de exclusão sobre os quais essa discriminação está amparada são ao mesmo tempo negados e reproduzidos nas demandas pela inclusão. (Scott, 2005: 15)

Lésbica, lésbicas: construção de sujeitos políticos e reconhecimento de direitos

Os anos 1990 assistiram a um crescimento da preocupação com a questão da sexualidade, inclusive no campo acadêmico (Vance, 1995). No campo das reivindicações políticas em âmbito internacional, encontramos o processo de construção das noções de “saúde sexual” e “direitos sexuais”, como campos de idéias relacionadas, mas distintas às de “saúde reprodutiva” e “direitos reprodutivos”. Nesse sentido, é consenso a importância da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, realizada no Cairo em 1994, e da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim, em 1995, como marcos centrais para a consolidação de uma terminologia relacionada aos “direitos sexuais”.

Embora o caminho para a consolidação da problemática dos direitos sexuais tenha passado pelas temáticas da população ou da mulher, não se constituindo em um campo específico de regulação, pela primeira vez o “sexual” deixa de ser algo apenas ligado à violência, para assumir uma conotação positiva associada ao bem estar dos indivíduos. A incorporação da noção de “saúde sexual”, por sua vez, marca a entrada da sexualidade no escopo dos direitos, embora não englobe a dimensão do direito ao prazer sexual e às liberdades de orientação e expressão sexuais (Parker, 1997).

A homossexualidade feminina é um tema que só muito recentemente iniciou sua entrada na agenda política brasileira. Embora mulheres que se identificam como *lésbicas* tenham estado presentes desde as primeiras iniciativas do movimento homossexual no Brasil (final dos anos de 1970) e os primeiros grupos exclusivamente lésbicos tenham se formado a partir de 1980, o termo *lésbicas* foi incluído no nome do movimento apenas a partir de 1993, com o VII Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais. A partir de meados dos anos 1990, o movimento de lésbicas ganha visibilidade com o reflorescimento do movimento homossexual, que se dá após as primeiras iniciativas governamentais de combate à epidemia de Aids e o estabelecimento de parcerias entre movimento homossexual e Estado, e o processo de segmentação de identidades coletivas em seu interior (Facchini, 2005).

O próprio movimento de lésbicas permaneceu, até meados dos anos 90, restrito a muito poucos grupos espalhados pelo país. Ao tomar como referência o começo dos anos 2000, Gláucia Almeida (2005) traçava o seguinte panorama:

A relação do movimento de lésbicas com o Estado na perspectiva da proposição de demandas

para os programas públicos existentes, de proposição de novos programas e de crítica à intervenção estatal é ainda pontual e incipiente. Ela se limita a interlocuções com os programas de DST/Aids, com algumas coordenadorias municipais da mulher, à inserção em alguns poucos conselhos de políticas, conferências, e alguns trabalhos pontuais junto a escolas públicas e penitenciárias. (Almeida, 2005: 95).

Almeida (2005) analisa os processos pelos quais ativistas do movimento lésbico, ginecologistas e gestores da área da saúde colaboraram para que argumentos em torno da vulnerabilidade de um “corpo lésbico” viessem a ocupar o lugar de canal para a explicitação de “demandas específicas”. A autora descreve o drama de um movimento social que, apesar de afirmar sua especificidade e autonomia em relação ao movimento GLBT² e ao movimento feminista, mantém com tais atores múltiplas e oscilantes relações de dependência no que toca à sustentabilidade política, organizacional e financeira de suas ações. Nesse processo, Almeida destaca a importância da organização dos SENALE (Seminários Nacionais de Lésbicas) a partir de 1996, com suporte do Ministério da Saúde via Programa Nacional de DST/Aids, e a afirmação das especificidades lésbicas a partir da referência ao “corpo lésbico” e suas demandas de saúde, especialmente quanto à possibilidade de infecção por DST e Aids, num caminho que conduz da invisibilidade à afirmação da vulnerabilidade, em um contexto marcado pela “feminização” e pela “pauperização” da epidemia da Aids.

Segundo essa autora, a incorporação de lésbicas em discussões sobre políticas públicas e a colaboração do poder público em ações do movimento ocorriam muito mais em função da disponibilidade pessoal de técnicos ou gestores do que por compromisso público para com essa população. A entrada das demandas do movimento de lésbicas na agenda pública tem um histórico marcado pelo comprometimento pessoal de gestores, especialmente do Programa Nacional de DST/Aids; então o programa mais sensibilizado para o diálogo com a sociedade civil. A criação, no PN-DST/Aids, do Grupo Matricial para discutir saúde de lésbicas, em 1996, é reconhecido como o marco para a produção dos primeiros encontros do movimento, materiais educativos e capacitações de lideranças, bem como de pesquisas realizadas pelo Ministério da Saúde.

No início deste século, documentos e publicações dos movimentos feminista e lésbico brasileiros demonstravam uma articulação de atores sociais ligados a ambos³, no sentido de tomar os “direitos sexuais” como ponto de partida para enfrentar questões como as (hetero)sexualidades não-reprodutivas e a invisibilidade das homossexualidades. Entre as

² Refiro-me aqui a movimento GLBT (que na formulação recentemente aprovada no XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros, realizado em Brasília de 08 a 11 de novembro de 2005, refere-se a um movimento de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros) para frisar a tendência à segmentação e explicitação de diferenças que tem se aprofundado nesse movimento desde a década de 1990. Para maiores informações sobre o início desse processo, ver Facchini, 2005.

³ Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras. *Plataforma Política Feminista*. Brasília-DF, Jun 2002.; Rede de Informação Um Outro Olhar. “Especial: conquistas lésbicas no movimento de mulheres,” in *Um Outro Olhar* vol. 37, 2002, p. 14-19.

questões que ganhavam importância neste contexto, está o crescimento da visibilidade das reivindicações envolvendo a “saúde das mulheres lésbicas” e a formulação de políticas públicas específicas⁴.

A demanda por direitos pela via do direito à saúde tem estimulado uma busca pelas “especificidades” de saúde de tais sujeitos⁵ em âmbito internacional, especialmente nos Estados Unidos, a partir da produção de estudos gays e lésbicos no campo disciplinar da saúde. Mas tem também levado à produção de reflexões críticas sobre os riscos implicados na afirmação de “direitos sexuais” e sua conexão com formulações como “saúde sexual” e “saúde sexual e reprodutiva”⁶. No Brasil, essa relação entre políticas públicas de saúde e mulheres com comportamento não-heterossexual começou recentemente a despertar interesse acadêmico, a partir de diferentes inserções teóricas e disciplinares⁷.

No campo do movimento social, como em todo processo de legitimação de sujeitos políticos, esse processo não deixou de passar pela construção de estereótipos e posturas que posteriormente são matizadas: a construção de um “corpo lésbico”, que como bem descreveu Almeida (2005) é delineado como sendo capaz de “práticas de risco”, dotado de “maus hábitos” e “sem barreiras”. No ano de 2003, por ocasião do Dia do Orgulho Lésbico, 19 de agosto, o jornalista Aureliano Biancarelli assinou a seguinte nota, com o título *Ministério pode adotar atendimento diferenciado para as mulheres lésbicas*, no jornal Folha de São Paulo:

O Dia Nacional do Orgulho Lésbico, comemorado hoje pela primeira vez no país, começa com uma perspectiva importante: o Ministério da Saúde está acenando com uma política pública de atendimento diferenciado para a mulher lésbica. “Assim como há atenção para homem e mulher, a lésbica precisa de cuidado diferenciado”, diz Luiza Granado, 42, da Rede de Informação Um Outro Olhar. Segundo uma pesquisa da ONG, 60% das lésbicas disseram não revelar aos ginecologistas sua orientação sexual. Um número igualmente grande delas também não informava sua prática sexual ao terapeuta. (grifo meu)

Recentemente, tanto o espaço político para o acolhimento de demandas de lésbicas tem se ampliado quanto o modo de pensar políticas focalizadas por parte do Estado brasileiro tem se modificado. Em 2002, foi criada a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher - que, em 2003, teve seu espaço institucional elevado ao status de Ministério e foi renomeada como Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). Com o processo de construção do

⁴ Pompeu, 2001.

⁵ Para referências e análise dessa literatura ver: Almeida, 2005 e Facchini; Barbosa, 2006.

⁶ Miller *et al*, 1995.

⁷ Valdir Monteiro Pinto (2004), a partir da inserção na Saúde Pública, estudou a prevalência de doenças sexualmente transmissíveis entre mulheres que fazem sexo com mulheres e suas demandas na área da atenção ginecológica. A partir da Medicina Social, Gláucia Almeida (2005) focalizou os argumentos e representações de diversos atores sociais (médicos, técnicos governamentais e militantes) envolvidos nesse debate sobre a construção de um “cuidado diferenciado para a lésbica”.

Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) se dá a incorporação formal de algumas demandas de mulheres lésbicas no que diz respeito à saúde, educação e combate à discriminação⁸ (BRASIL.Presidência da República.Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004a e 2004b). A indicação, no PNPM, de “fortalecimento dos mecanismos de participação e controle social e incorporação de grupos específicos de mulheres”, entre elas “as lésbicas”, possibilitou que o movimento obtivesse um assento no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Outro espaço governamental a partir do qual se produzem ações que incluem *lésbicas* é a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), que foi elevada ao status de Ministério em 2003, dando continuidade ao Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), iniciado em 1995. Em maio de 2004, a Secretaria Especial de Direitos Humanos lança o Brasil Sem Homofobia - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual. Com tópicos relacionados ao modo como estão estruturados temas como trabalho, saúde, educação, cultura, segurança, mulheres e questões raciais no governo federal, o programa propõe a articulação entre Secretarias e Ministérios no âmbito federal com o objetivo de “promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais” (Conselho Nacional de Combate à Discriminação, 2004: 11; grifo meu). Sua implementação previa a criação de comitês técnicos e grupos de trabalho no interior de ministérios e/ou secretarias com a participação de ativistas.

O processo de criação do Programa Brasil sem Homofobia descrito no material de divulgação do mesmo remete à implementação de recomendações de Conferências internacionais e à participação da “sociedade civil” na elaboração de políticas:

A criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, em outubro de 2001, foi uma das primeiras medidas adotadas pelo governo brasileiro para implementação das recomendações oriundas da Conferência de Durban. Entre as vertentes temáticas tratadas pelo CNCD está o combate à discriminação com base na orientação sexual. Representantes de organizações da sociedade civil, dos movimentos de gays, lésbicas e transgêneros integram o CNCD e, em 2003, criou-se uma Comissão temática permanente para receber denúncias de violações de direitos humanos, com base na orientação sexual. Além disso, em novembro de 2003, o CNCD criou um Grupo de Trabalho destinado a elaborar o Programa Brasileiro de Combate à Violência e à Discriminação a Gays, Lésbicas, Travestis, Transgêneros e Bissexuais (GLTB) e de Promoção da Cidadania Homossexual, que tem como objetivo prevenir e reprimir a discriminação com base na orientação sexual, garantindo ao segmento GLTB o pleno exercício de seus direitos humanos fundamentais. (Conselho Nacional de Combate à Discriminação, 2004: 13).

⁸ Apesar de todos os avanços no que toca ao reconhecimento de demandas do movimento nos documentos da SPM, a compreensão do que sejam os direitos sexuais e reprodutivos ainda parece atrelada preferencialmente aos direitos reprodutivos, fazendo referência direta apenas a planejamento familiar no sentido da contracepção e aborto, sem tematizar a reprodução assistida, nem mesmo a garantia da saúde de mulheres não-heterossexuais como parte dos direitos sexuais.

Na criação do referido programa, assim como na da SEPPIR e da SPM, fica patente a ênfase nas idéias de “intersectorialidade” e de “transversalidade” e sua relação com as orientações decorrentes da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban em 2001. Nessa direção, as noções de “intersectorialidade” e “transversalidade” convivem com definições um tanto quanto essencializadas acerca dos “grupos” ou “segmentos populacionais” beneficiados.

Na prática, porém, nota-se que ações realizadas no âmbito do Programa procuram flexibilizar a perspectiva essencializante e universalizante de um “segmento”. Em 2006, a cartilha “Chegou a hora de cuidar da saúde” elaborada pela Área Técnica de Saúde da Mulher, dirigida a “lésbicas, bissexuais e outras MSM”, procurava fazer interlocução com questões como raça e geração. Em 2007, o Programa Nacional de DST/Aids inseriu de modo central no texto base para uma consulta nacional sobre o Plano Nacional de Enfrentamento de Aids e das DST entre Gays, HSH e Travestis a noção de “contextos de vulnerabilidade”, procurando deslocar a ênfase nas categorias descritivas de comportamentos ou identidades sexuais para os contextos que geram vulnerabilidade individual, social ou programática. Essa orientação se estendeu ao Plano de Enfrentamento à Feminização da Epidemia.

No entanto, a construção de conceitos que não mantenham como foco os sujeitos políticos construídos pelo movimento são fontes de conflito. Assim foi que o uso das categorias “homens que fazem sexo com homens” (HSH) e “mulheres que fazem sexo com mulheres” (MSM) nas políticas de saúde deu lugar, ao longo dos últimos anos, a definições de populações como “lésbicas, bissexuais e outras MSM” e a “gays, HSH e travestis”. A partir dessa lógica de afirmação e visibilização de sujeitos políticos, os impactos de Durban fizeram-se notar de outro modo no movimento social: seguiu-se todo um processo de multiplicação de redes de ativistas e organizações com foco nas especificidades de jovens ou negros/as GLBT. Por outro lado, expressões próprias do vocabulário das políticas públicas, como “populações vulneráveis” ou “segmentos sociais vulneráveis” foram durante algum tempo apropriadas por ativistas para designar “os GLBT” ou cada um dos “segmentos” em separado.

Sob impacto da crescente porosidade na relação entre Estado e movimento social, conceitos como “contextos de vulnerabilidade” acabam sendo traduzidos na prática, muitas vezes a partir de políticas implementadas por meio de editais atendidos pelas ONG do próprio movimento, como gays ou lésbicas pobres, adolescentes ou negros. Aí a transversalidade se dá a partir de uma operação que sobrepõe segmentos e soma opressões, num processo que remete às tensões sobre a interpretação de interseccionalidades como “articulações entre a

discriminação de gênero, a homofobia, o racismo e a exploração de classe” (Blackwell; Naber, 2002) ou como “opressões múltiplas” que podem ser identificadas em sujeitos específicos como é o caso das “lésbicas negras”.

Antes de passar à discussão sobre o modo como a interseccionalidade opera por meio da produção de diferenças e de me voltar ao material produzido no interior da pesquisa de campo, gostaria de lembrar uma cena ocorrida em 2007, em uma sessão de debates sobre políticas de saúde num congresso que reunia pesquisadores, ativistas e técnicos ou gestores de políticas públicas. Na mesa, após o expositor que falou em nome do movimento social ter utilizado em sua apresentação diversos slides com dados da epidemia de Aids que também estavam presentes na apresentação do expositor que falaria como técnico governamental, um questionamento feito por este último os colocou em posições absolutamente opostas e gerou polêmica entre ativistas: será que é o mesmo pensar políticas de prevenção para *gays* e para *bichas* ou para *lésbicas* e *sapatões*?

Lésbicas, entendidas, bolachas, sapas, dykes, bis e diferenças em São Paulo

A pesquisa que realizei em São Paulo tomou por base uma perspectiva reconhecida nos estudos de sexualidade nas Ciências Sociais brasileiras (Carrara; Simões, 2007) de acordo com a qual a análise da produção contextualizada do dualismo homo/heterossexualidade é tomada como chave para o entendimento das convenções culturais e das estruturas de poder mais amplas. As intersecções entre múltiplos eixos de diferenciação, especialmente gênero, sexualidade, classe, geração e cor/raça são exploradas, de modo evitar o reducionismo que reside em fazer derivar todas as diferenças de uma única instância determinante (Brah, 2006) e levando em conta a idéia de que não se trata de campos distintos de experiência, isolados uns dos outros ou simplesmente justapostos, mas que existem concretamente em e através de relações com cada um dos outros (McClintock, 1995).

A pesquisa em campo foi conduzida entre 2003 e 2008 e teve como objetivo obter a maior diversidade possível em termos de classe, geração, raça/cor e trajetórias e identidades afetivo-sexuais. A referência a “mulheres” e a relações afetivas e/ou sexuais com “pessoas do mesmo sexo” foi o ponto de partida para diversificar os sujeitos acessados pela pesquisa, evitando que identidades sexuais específicas restringissem o campo, ainda que o próprio campo tenha relativizado a categoria “mulher” a partir de categorias como “masculina”,

"sapatão", "travesti" e "homem trans". A referência a práticas/comportamentos⁹ foi escolhida ainda levando em conta o uso que se tem feito da idéia da homossexualidade na reivindicação de direitos e na definição de políticas públicas. Se, para a participação no movimento social, a identidade é requerida, a maior parte das reivindicações e das políticas dirigidas à “comunidade” ainda levam em conta o sexo biológico das pessoas que se engajam numa relação afetivo-sexual. A adoção desse modo de identificação da população para a constituição do campo, tomou em conta, portanto, também a possibilidade de dialogar com atores envolvidos nos processos de reivindicação de direitos e construção de políticas públicas.

Realizou-se observação etnográfica no circuito comercial de lazer paulistano freqüentado por essas mulheres e em espaços de sociabilidade privados, complementada por entrevistas em profundidade. A fim de diversificar os estilos e identidades acessados e evitar a associação de uma "comunidade" a espaços delimitados (Gupta; Ferguson, 2000), realizou-se ainda observação e entrevistas com mulheres integrantes de duas redes: as jovens que se classificam como "minas do rock" e as freqüentadoras de um clube voltado para a prática do BDSM (bondage, disciplina, dominação e submissão, sadismo e masoquismo).

A análise do material aqui empreendida leva em consideração a operacionalização do conceito de “interseccionalidade”¹⁰ pela idéia de “diferença” como categoria analítica, tomando diferença de modo não essencial, mas como categoria que remete à designação de “outros”, a fim de estudar “as inter-relações das várias formas de diferenciação social, empírica e historicamente, mas sem necessariamente derivar todas elas de uma só instância determinante” (Brah, 2006: 331). O esquema analítico proposto por Avtar Brah (2006) não privilegia um nível macro ou micro de análise, e busca articular relações sociais, posições de sujeito e subjetividades, a fim de compreender a dinâmica de poder da diferenciação social, sem ofuscar a dimensão da “agência”. Para tanto, a experiência e a formação do sujeito não são tomadas como dadas, mas como sempre em processo. As relações sociais, que são constituídas e operam em todos os espaços de uma formação social, são o lugar onde a diferença é constituída e organizada em relações sistemáticas, por meio de discursos

⁹ Não se trata, porém, de prescrever o rótulo “homossexual” ou “homoerótico” para pessoas ou situações que não são classificadas dessa maneira. A referência a práticas eróticas entre pessoas do mesmo sexo biológico procurou apenas ampliar a possibilidade de diversificar o máximo possível os sujeitos acessados nesta pesquisa em termos de perfis, experiências e identidades. Todavia, trata-se de uso instrumental e atento ao risco atribuído à idéia de HSH (homens que fazem sexo com homens) de “dissolver a questão da não-correspondência entre desejos, práticas e identidades numa formulação que recria a categoria universal ‘homem’ com base na suposta estabilidade fundante do sexo biológico” (Carrara e Simões, 2007: 94 nota 35).

¹⁰ Avtar Brah e Ann Phoenix (2004) definem o conceito de “interseccionalidade” como designando os efeitos complexos, irreduzíveis, variados e variáveis que se seguem quando múltiplos eixos de diferenciação – econômicos, políticos, culturais, psíquicos, subjetivos e experienciais – se intersectam em contextos históricos específicos.

econômicos, culturais e políticos e práticas institucionais, onde a sistematicidade atravessa as contingências.

a) Espaço e diferença

Embora de dimensões mais reduzidas, quando o comparamos com os estabelecimentos de presença majoritariamente masculina, o circuito constituído a partir dos deslocamentos de mulheres que gostam de mulheres, pela cidade, também parece ter acompanhado o movimento mais geral de expansão e diversificação do antigo “gueto” homossexual. Ainda que as dimensões desse circuito sejam reduzidas e a circulação de informações sobre ele seja restrita, quando comparado ao que se constrói a partir dos itinerários dos homens que gostam de homens, é importante enfatizar uma considerável diversidade interna.

Uma primeira aproximação dos espaços de sociabilidade no circuito de lazer comercial paulistano permite entrever diferenciações de classe e geração atuando em sua organização. A partir dessas diferenciações duas áreas que se encontram em locais situados de modo distinto na geografia política da cidade (centro velho X bairros de classe média) podem ser delimitadas, de modo que os locais na região central, mais desvalorizada e próxima ao que Perlongher (1987) qualificou como “bocas”, o público frequentador é mais preto/pardo e mais pobre e as parcerias heterogâmicas são mais frequentes do que nos estabelecimentos situados nos bairros de classe média. Assim, adentrando os lugares delimitados pelos itinerários dessas mulheres, percebe-se também, que diferenciações de classe estão associadas ao modo como sujeitos mais claros ou mais escuros se distribuem no espaço e às estilizações corporais adotadas. Percebem-se ainda configurações específicas no modo como classe e geração se intersectam com gênero na produção de sujeitos e de corpos desejáveis em determinados lugares.

Na região central, ouve-se *funk* carioca, axé, samba, MPB e sertanejo romântico, com menor presença de uma versão popular de música eletrônica – o *house* com vocais femininos chamado de *drag music*. O modo como diferenciações em torno de gênero e sexualidade aparecem na área do centro velho remete a recortes de classe e geração. Entre as mais velhas, a distinção entre “masculinas” e “femininas” parece mais rígida, aderindo a padrões mais tradicionais. Entre as mais jovens, nem sempre há valorização da composição do par “masculina”/“feminina”, especialmente entre as que também circulam pelos estabelecimentos situados em bairros de classe média. Onde há valorização do par “masculina”/“feminina”, sobretudo nas boates locais, percebe-se que o recorte geracional vem acompanhado de significativa diferença nas composições das masculinidades e feminilidades, de modo que as mais jovens possuem uma apresentação mais descontraída que incorpora estilos jovens

populares como é o caso do *hip-hop*. Nas boates freqüentadas por mulheres no centro velho, as parcerias estabelecidas são orientadas quase exclusivamente segundo o padrão “masculina”/“feminina”, com raras variações que admitem “feminina”/“feminina”, mas nunca o par “masculina”/“masculina”. Gramáticas corporais ou performances de gênero ambíguas ou que sejam menos marcadamente estilizadas para compor um par que combina “masculino” e “feminino” não são valorizadas e não despertam atração ou interesse erótico.

Na área de classe média compreendida por bairros como Pinheiros, Jardins, Vila Madalena e Itaim Bibi, os estilos são mais delimitados: gírias, indumentária, preferência por corte de cabelo, tipos de maquiagem, modalidades de música e até visões políticas e valorização de campos de atuação profissional são compartilhados. No entanto, há uma subdivisão, que abrange bares e boates freqüentados por mulheres de classe média e média baixa, com maior variação de idade (de cerca de 20 anos a cerca de 40 e poucos anos) e que não apresentam estilos específicos. Nesses espaços, as parcerias estabelecidas tendem a ser homogâmicas, especialmente no que diz respeito a atributos de gênero, predominam as mulheres brancas e a música passa por MPB, samba, *flashback* - onde “*hits gays*” ganham prioridade - e pelo tipo de música eletrônica associada às boates *gays* que recebem um público de estratos médios.

Há um traço relevante quando pensamos na dinâmica de constituição de parcerias nos diferentes espaços: entre os vários contrastes que poderiam ser estabelecidos entre os locais de freqüência popular e aqueles com maior presença dos estratos médios ou médios-altos vale a pena observar uma tendência às relações homogâmicas na porção do circuito situada nos bairros de classe média e a significativa presença de parcerias heterogâmicas nos espaços do centro. Nessa direção, essas descrições corroboram o observado por outros estudos realizados recentemente em São Paulo, como de França e Simões:

O Centro Antigo aparentemente absorve uma camada da população homossexual menos valorizada pelos padrões globalizados de estética, consumo e estilo de vida homossexual: congrega homens mais velhos, gordos e peludos, lésbicas “masculinizadas”, michês, travestis, e homossexuais considerados afeminados. Também se caracteriza pelo menor poder aquisitivo do seu público, o que se pode aferir facilmente diante dos menores preços cobrados pelas casas noturnas. (...) Assim, em muitos sentidos, a “mancha” de freqüência homossexual Jardins-Paulista define-se de modo oposto à do centro da cidade. Entretanto, apesar de ser possível traçar uma oposição entre as duas “manchas”, não se pode delinear fronteiras absolutas entre ambas, pois “*mesmo dentro de cada uma há diferenças notáveis de categorias e/ou serviços, bem como considerável movimento de circulação e trocas entre elas*” (Simões, França, 2005: 329). Além disso, as duas “manchas” não conseguem abarcar, em termos territoriais, toda a variedade de espaços de sociabilidade homossexual, mesmo que os padrões nelas identificados se espalhem para além de um espaço fixo. (França, 2006, p. 48)

b) Categorias, classificações e diferenças

As categorias usadas para classificação dos próprios sujeitos e dos “outros”, embora rica fonte para a percepção das convenções sociais mobilizadas não só no circuito como na

vida cotidiana dessas mulheres e das relações de poder estabelecidas de modo mais ou menos contingente, são aqui propositalmente analisadas em separado: a fixação de categorias a espaços somente colaboraria para emprestar às situações, lugares e sujeitos uma falsa impressão de substância. Apesar de haver regularidades no uso de categorias, e estas regularidades – assim como as exceções – fornecerem material para análise, isso não permite afirmar identidades estáveis e completas, e muito menos em tipos substantivos ancorados a determinados espaços, risco apontado por Gupta e Ferguson (2000).

Nas entrevistas, de modo geral, o uso das categorias para autoclassificação varia não só de acordo com a situação referida, mas também com a relação construída entre tais categorias e outras, das quais a entrevistada procura, de algum modo, aproximar-se ou diferenciar-se. Essa variação remete ao modo como a noção de sujeito vem sendo trabalhada a partir da crítica das concepções humanistas de sujeito (unificado, racional, centrado na consciência e universal), chamando atenção para a idéia de que o sujeito não existe como um dado, mas como uma produção, fragmentada e constantemente em processo, ao mesmo tempo social e subjetiva (Brah, 2006).

Se a operação de diferenças demarca lugares e permite esboçar territorialidades no espaço da cidade, no plano dos discursos, que mobilizam processos de significação inscritos nas relações sociais e na experiência cotidiana, a análise das classificações permite, além de elencar categorias mais utilizadas, circunscrever convenções mobilizadas e um campo de questões significativas na formulação de diferenciações e hierarquias, matizando um pouco a aparência de homogeneidade interna e a oposição entre as territorialidades em exame.

A análise do amplo leque de classificações mobilizadas pelas entrevistadas para se referirem ao fato de “gostar de outras mulheres” e às mulheres mais ou menos desejáveis ou identificáveis consigo mesmas trouxe à tona, num primeiro olhar, variações relacionadas com a idade e com a participação em determinadas redes, que podem ou não definir estilos. Saltam aos olhos também outras características, como escolaridade, bairro de moradia e tipo de ocupação, que remetem à idéia de estratificação social. Desse modo, as diferenças nas categorias e elementos selecionados para compor a classificação variam mais expressivamente quando comparamos o conjunto de categorias mobilizadas por jovens, que poderiam ser situadas a partir da referência à inserção em estratos médios e mulheres acima dos 35 anos situáveis a partir de estratos populares.

Nessa direção, as mais jovens (18 a 30 anos) e associadas a estratos médios são as que mais freqüentemente citaram locais de lazer, sociabilidade e paquera onde se encontram outras mulheres que gostam de mulheres, inclusive aqueles do circuito comercial descrito.

Apesar de conhecerem vários bares e casas noturnas, suas referências são limitadas a locais de frequência de estratos médios e, muitas vezes, restritos a determinados estilos de vida. As categorias mais citadas para autoclassificação entre essas mulheres são diversificadas, refletindo muitas vezes as redes e partes do circuito pelas quais circulam. Desse modo, temos *sapas*, *dykes*, *gays*, *sapatões* e *lésbicas* entre aquelas cuja trajetória sexual é mais fortemente marcada pela homossexualidade, ao passo em que o uso da categoria *bissexual* e de termos descritivos como *gosto de mulheres* ou *gosto de meninos e meninas* é mais comum entre as que não querem “restringir possibilidades futuras” ou acham os rótulos muito *limitantes* ou *restritivos*. Vale enfatizar que termos como *dyke* e o uso da categoria *gay* em referência a mulheres demonstram a inserção num circuito internacionalizado presente entre as *modernas* e as *meninas do rock*, sendo que *dyke* praticamente se restringe a esse último grupo.

Entre as mulheres com mais de 35 anos que foram relacionadas a estratos populares, a frequência ao circuito noturno fora do bairro é ocasional e concentrada na região central, mais especificamente no Bixiga. A categoria mais citada é *entendida*. Essa classificação aparece com menor frequência entre as mais jovens do mesmo estrato social e entre algumas das que se enquadrariam num estrato médio-baixo.

Outro traço que parece envolver diferenças sócio-econômicas e geracionais é o modo como as classificações auto-atribuídas lidam com a estigmatização relacionada às preferências sexuais. O uso de termos mais descritivos, como *mulher que gosta de mulheres* ou que *transa mulheres*, ou de aparência “mais séria” e “distanciada”, como *homossexual*, pareceu válido para a maior parte das entrevistadas, quando se trata de um interlocutor desconhecido, ou que sabidamente pode ter dificuldades em lidar com o tema. No entanto, uma estratégia distinta foi adotada predominantemente por aquelas com maior contato com as idéias do movimento GLBT, que utilizam a categoria *lésbica*, e especialmente pelas mais jovens de estratos médios ou médios-altos. Entre estas últimas, ganham espaço estratégias de valorização e afirmação daquilo que é estigmatizado, como no caso do uso do termo *sapatão* entre as jovens de classe média que compõem a rede das *minas do rock*, ou de re-apropriação de termos estigmatizados como é o caso do uso da categoria *sapa*, derivado de *sapata* ou *sapatão*, que lança mão de doces imagens de sapinhas com laçarotes na cabeça e/ou longos cílios e lábios pintados. Outro traço mais presente entre as jovens de estratos médios é o uso de classificações que desafiam o princípio de coerência entre práticas e identidades, especialmente valorizado pela maior parte das entrevistadas.

Algo que merece destaque ao olhar para o conjunto de entrevistas é a popularização do uso do termo *entendida*. Identificada inicialmente entre homens de estratos médios e altos

(Guimarães, 1977), atualmente é mais presente entre mulheres e entre pessoas menos escolarizadas (Carrara et al., 2006: 27). Praticamente banida do estrato social que lhe deu origem, essa categoria deu lugar a outras que se multiplicam. Essa proliferação parece ocorrer a partir da mesma lógica de diferenciação apontada por Fry (1982) que parece tomar categorias de referência à sexualidade como linguagem para a expressão de outras diferenças, como veremos adiante.

Ao nos debruçarmos sobre as categorias invocadas, com a finalidade de diferenciação ou de acusação dirigidas a mulheres que gostam de mulheres, percebe-se regularidades na maneira de delinear limites entre a ordem e o que conformaria seu exterior constitutivo¹¹. Alguns desses limites, como a *masculinização* e a *bissexualidade*, remetem à ambigüidade, sendo investidos de poderes e associados a noções de risco e perigo (Douglas, 1976). Por outro lado, as questões invocadas na atribuição de poderes ou riscos remetem às convenções do próprio grupo que as invoca, mobilizando um campo de questões que geram tensão: classe; gênero e gramática corporal - ter uma aparência *mais masculinizada* ou *feminina*; atividade e passividade; ter sexo exclusivamente com mulheres ou não; e ocultar ou demonstrar socialmente suas preferências homoeróticas.

No que se refere a questões de classe ou status social, é freqüente, em especial entre as mulheres de estratos médios e médios-baixos, a manipulação do estigma relacionado à homossexualidade pela exibição de sinais de potencial de consumo ou *refinamento*, que combina elementos de distinções de classe ou *status* e convenções de gênero e sexualidade. Nessa direção, as estratégias que envolvem a administração do segredo, nas relações com as famílias de origem e o mercado de trabalho, quanto às preferências eróticas, apontam uma possível conexão entre, por um lado, relações caracterizadas menos pelo rompimento do que pelo desejo de aceitação e manutenção da convivência e, por outro, rejeição da *masculinização* e valorização da *discrição*.

Assim, as *masculinizadas*, quase sempre citadas como “outras” relativamente distantes, foram criticadas por tornarem socialmente visíveis suas preferências eróticas, de modo que poderia tornar-se *perigoso*, sendo acusadas de *procurar chocar* ou *agredir* com sua aparência e, com isso, *depor contra a imagem* de todas mulheres que têm práticas homoeróticas. A elas se atribui também uma ameaça aos limites entre hetero e homossexualidade, *reproduzindo o modelo heterossexual*. Numa variante ainda mais rejeitada, a *masculinização* coincide com um comportamento sexual exclusivamente *ativo*.

¹¹ A idéia de um exterior constitutivo em relação à ordem ou a uma norma aparece em Butler (2002), mas, como lembram Carrara e Simões (2007), já estava presente em Douglas (1976).

O fato de que as acusações mais explícitas contra *masculinizadas* e *bissexuais* tenham partido de mais da metade das entrevistadas que se classificaram a partir de categorias como *entendida*, *lésbica* e *homossexual* - incluindo as mais jovens de estratos populares, todas as identificadas como estratos médios-baixos, bem como as mais velhas e algumas das jovens de estratos médios - diz menos sobre as próprias mulheres do que a respeito do “mundo” em que vivem. Nesse “mundo”, o reconhecimento da existência e da distinção entre homo e heterossexuais e concepções igualitárias não é mais “privilegio de elite”. Atitudes acusadas de *chocar* ou *transgredir* fronteiras são reservadas a quem pode, por estar fora do olhar cotidiano, recolhida à vivência “respeitosa” no bairro distante, na porção do circuito que ainda é “gueto”, “fora do meio” ou para quem alia poderes conferidos por convenções relativas a classe e geração. Talvez não seja por acaso que o item sobre classificações seja iniciado pelos temas “invisibilidade” e estilos.

c) Desejo e diferença

Ao falar em “tensores libidinais”, Perlongher (1987) nos lembra que os mesmos eixos em torno dos quais se estabelecem diferenciações sociais – gênero, idade, raça, classe - também orientam o desejo. Nessa direção, apesar de classe e geração orientarem a distribuição espacial dos sujeitos no circuito e estarem relacionadas ao modo como as categorias se distribuem no conjunto de entrevistadas, são poucas as referências a classe ou geração, quando se refere a parceiras mais ou menos desejáveis. A alocação de termos específicos para designar diferenças de classe ou idade no interior do “universo” formado por mulheres que gostam de mulheres é pouco frequente. No entanto, as expectativas relacionadas a relações homogâmicas e/ou igualitárias são expressas por idéias como “deve ter um bom papo, que permita trocar experiências”, “deve ter interesses parecidos” e a resistência a diferenças geracionais aparecem marcadas pelas idéias de “maturidade” e interesse numa relação mais estável.

Carrara e Ramos (2005) apontam que as mulheres que se identificaram na Parada do Orgulho GLBT do Rio de Janeiro a partir de categorias que remetem a homossexualidade são muito mais flexíveis do que os homens que se identificam de modo semelhante, no que diz respeito a características esperadas de possíveis parceiros/as do mesmo sexo. Perguntadas sobre a preferência por parceiras a partir de idade, instrução, nível econômico, cor e atributos de gênero, a maior indiferença diz respeito a cor – 75,2% se declararam indiferentes -, enquanto os atributos de gênero parecem desempenhar um papel fundamental na escolha de parceiras, de forma que confessar o desejo por *mais masculinas* parece ser coisa para poucas – 8,9% se declararam indiferentes.

Nas entrevistas desta pesquisa também foi evidente um silêncio em torno da questão racial. Além de um efeito de “branqueamento” na autoclassificação por cor/raça, há poucas referências a essa questão. Entre mulheres jovens de estratos médios, foi comum encontrar o uso da categoria *negra* na autoclassificação, e a referência a episódios de discriminação racial entre as que assim se classificaram. No entanto, entre as que se identificaram como *brancas*, um comportamento “politicamente correto” tendia a negar, de antemão, qualquer possibilidade de reconhecimento a partir de uma categoria referente a cor/raça ou de tratar da existência de diferenças marcadas por cor/raça, no cotidiano mais próximo. A observação de espaços de sociabilidade aponta, no entanto, para relações nas quais cor/raça parece se combinar com outros marcadores sociais assim como a estilos, padrões de beleza e poder de consumo, na constituição de diferenças racializadas.

A *feminilidade* - citada na maior parte das vezes como natural, por oposição à *masculinização*, sempre tida como algo que se agrega a uma suposta natureza – além de muito referida nas falas sobre a preferência por potenciais parceiras, indica a importância assumida por questões relacionadas a gênero, tanto na constituição da identidade – por meio das várias formulações de uma questão tão repetida: “afinal, que mulher sou eu, que gosta de transar com outras mulheres?” – quanto na proliferação de categorias e estilos, numa gradação que vai da *perua* à *sapatão*. Gênero parece assumir o lugar a partir do qual outras distinções são inscritas nas falas acerca da sexualidade.

Assim, a maior parte das entrevistadas considera que são *mulheres que amam/desejam outras mulheres* - entendendo que, para isso, *não é necessário ser masculinizada* - e buscam parceiras que se orientam sob a mesma ótica. Enquanto isso, as que evocam a noção de *masculinização* para falar de si mesmas e/ou valorizam distinções relativas a *masculinidade* e *feminilidade* na composição de suas parcerias sexuais e/ou afetivas passam a ocupar um lugar de exterior constitutivo. No entanto, a composição do par a partir da valorização da distinção entre *masculina* e *feminina*, embora criticada, acaba surgindo em todos os segmentos de classe e geração, lado a lado com uma minuciosa gradação da masculinidade aceitável e com a circunscrição da diferença ao campo do erótico, distinguindo-a de concepções hierarquizadas de gênero, no cotidiano do casal. Entre as mais jovens, personagens que unem gradações específicas de masculinidade ou feminilidade à irrelevância da atividade/passividade e à valorização de relações cotidianas igualitárias ganham nomes que têm se popularizado, como no caso dos pares *abacate* e *moranguinho* ou *bofinho* e *ladyinha*.

Entre as jovens de estratos médios, a proliferação de categorias e, inclusive, os estilos tematizam os atributos de gênero e as possibilidades de composição do par. Dessa forma,

entre as *modernas*, que parecem preferir o termo *sapa*, encontra-se o ideal de casal, formado por parceiras situadas num ponto médio entre masculino e feminino, com valorização da androginia e ampla rejeição de *peruas* – as hiper-femininas que freqüentam outras boates e constituem pares entre si – e de *caminhoneiras* – categoria associada a *vulgaridade*, brigas, violência e a mulheres mais pobres e/ou mais velhas. Entre as *minas do rock*, que transformaram a categoria *dyke* num quase delimitador de quem integra o grupo, o grau de masculinidade ou feminilidade é irrelevante, desde que adequados ao estilo, e todas as composições por atributos de gênero das parceiras são possíveis, inclusive o par “masculina”/“masculina”, que tem entre elas o único lugar de aceitação e valorização percebido no campo.

Políticas para lésbicas e sapatões: igualdade, diferença e diversidade

Iniciei este *paper* fazendo referência às políticas focalizadas e enfatizando o olhar de Joan Scott acerca da necessidade de tomar igualdade e diferença como pólos de tensão num processo político dentro do qual se negociam identidades e os termos das diferenças entre elas. O olhar sobre o processo político remete a um processo de fortalecimento de “lésbicas” como sujeito político que se ampara na delimitação de “especificidades” ao mesmo tempo em que é instado a reconhecer e delimitar “especificidades na especificidade”. Assinalei o fato de que esse processo se dá, muitas vezes, a partir de uma operação de “soma de opressões” que justapõe sujeitos políticos e as tensões entre os atores envolvidos no processo de elaboração, implementação e controle de políticas públicas que têm lugar quando a lógica de afirmação de sujeitos políticos não é considerada.

No entanto, após a incursão pelo material de campo produzido a partir da cidade de São Paulo, gostaria de retomar aqui a incômoda questão levantada pelo expositor do seminário: levando em conta o fato de que termos como *dyke*, *sapa*, *feminina*, *perua*, *caminhoneira*, *bofinho*, *ladyinha* emergem como mais do que gírias locais ou vocabulários específicos de grupos, remetendo a processos de diferenciação que mobilizam outros marcadores sociais de diferença, é o mesmo pensar políticas para *lésbicas* e para *sapatões*?

Na análise do material produzido a partir de minha pesquisa em São Paulo fica evidente que a circulação dessas mulheres pelo espaço da cidade e mesmo a atribuição de categorias de classificação remetem a processos de diferenciação que mobilizam marcadores sociais de diferença, especialmente classe e idade, por vezes compondo determinados estilos a partir da combinação com itens de vestuário, estética corporal, música e ideologias políticas. Imbricadas com diferenciações de classe e gênero, as diferenças de cor/raça seguem de modo

silencioso, aparecendo menos no discurso do que na delimitação de lugares e estilos. No caso das mais jovens, entre as de estratos médios e médios-altos em especial, as categorias parecem referir diferenciações de classe e geração e disputas intraclasse entre diferentes estilos e seu potencial de responder às mais diferentes demandas em torno de uma questão explícita ou implicitamente formulada acerca de que tipo de mulher gosta de outras mulheres.

A popularização da categoria *entendida*, sobretudo se pensada em relação à rejeição a *bissexuais*, sugere pensar numa popularização de elementos do modelo ideal “moderno” ou “igualitário” esboçado por Peter Fry no início dos anos 1980. O mesmo ideário sobre o qual se sustenta a política de identidades lésbica. No entanto, percebemos também que se há uma proliferação de categorias que não se diferenciam a partir da oposição atividade/passividade, estas partem de gradações minuciosas de masculinidade e feminilidade para expressar diferenciações de classe e geração e compor estilos. Encontramos ainda modos de classificação em que “orientação sexual” e categorias que fazem referência a atributos de gênero ou a outras preferências eróticas se desdobram na classificação da sexualidade. Tudo parece muito mais complexo e não-redutível à idéia de que um modelo “tradicional” esteja sendo aos poucos substituído por um modelo “moderno” de pensar sobre a sexualidade.

Diferenças no modo de operar a racialização das sexualidades ou a sexualização das gerações são exemplos que chamam atenção para o risco de reduzir interseccionalidades a “soma de opressões”. No entanto, para além das intersecções entre gênero, sexualidade e outros marcadores sociais de diferença, mesmo no campo estrito da sexualidade parece reinar considerável diversidade.

A expansão de um sistema classificatório “moderno” no Brasil e, mais que isso, a proliferação de categorias observada nos locais de frequência de homossexuais e na composição do sujeito político do movimento parecem permitir a aplicação das reflexões elaboradas por Judith Butler (2003) e Avtar Brah (2006) - que têm por objeto, respectivamente, o movimento feminista norte-americano e a experiência das feministas negras na Grã-Bretanha - ao movimento homossexual brasileiro, sem medo de estar comparando coisas absolutamente diferentes. Butler afirma que uma política de identidades baseada num sujeito pré-discursivo, como “a mulher” tenderia a pressupor identidade no sentido de auto-idêntico, o que levaria tal política a um efeito normatizador e excludente e a processos de diferenciação e oposição no interior do próprio feminismo.

Durante muito tempo acreditou-se que o movimento feminista só ganharia a coesão necessária para a ação política se tomasse os interesses “da mulher” como um corpo unitário e estabelecesse como premissa o reconhecimento de “uma opressão” compartilhada por todas as mulheres. Os questionamentos colocados por sujeitos políticos que afirmavam vivências

específicas dessa opressão interconectadas a outras formas de opressão foram aos poucos problematizando a universalidade desse sujeito político, a identidade comum e a idéia de "uma opressão" compartilhada, substituindo-as por formulações acerca do modo como opera a dinâmica de poder das diferenciações sociais, sobre os padrões de articulação entre múltiplas opressões e sobre os sujeitos como sendo contingentes e constituídos por meio das experiências (Brah, 2006).

No plano da atuação política, tais abordagens têm apontado que não se trata de refutar a utilização de categorias que façam referência ao sujeito do movimento, visto que estas categorias são necessárias à ação política – manifestações, esforços legislativos ou demandas por políticas públicas precisam fazer reivindicações em nome de um sujeito. No entanto, como sugere Butler (1998; 2002), trata-se, antes, de fomentar uma atitude crítica interna ao movimento, que desnaturalize a idéia de sujeito político como descritivo de uma essência previamente dada e reconheça o caráter contingente de sua construção. A idéia de uma atitude crítica traz consigo a dimensão da ação orientada por esta constante revisão política: não só deve-se fazer a crítica, mas transformá-la em ação, numa perspectiva capaz de tomar os sujeitos enunciados pelo movimento como termos sempre abertos a novas inclusões, incluindo novas e diferentes demandas e questionando arranjos hierárquicos. Reconhecendo que, assim como a igualdade é historicamente contingente, as identidades de grupo, devem reconhecer o caráter estratégico de possíveis essencializações no interior de processos políticos, bem como as exclusões a partir das quais se constituem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, G. E. S. de. *Da invisibilidade à vulnerabilidade: percursos do “corpo lésbico” na cena brasileira face à possibilidade da infecção por DST e Aids*. 2005. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- AQUINO, L. O. R. Discurso lésbico e construções de gênero. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 1, n. 1, p. 79-94, 1995.
- BARBOSA, R. M.; KOYAMA, M. A. Mulheres que fazem sexo com mulheres: algumas estimativas para o Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 2006, vol.22.
- BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, p. 329-376, 2006.
- BRAH, A.; PHOENIX, A. Ain't I a woman? Revisiting intersectionality. *Journal of International Women's Studies*, v. 5:3, may.2004, p. 75-86.

- BRASIL. Coordenação Nacional de DST-AIDS. *Pesquisa de opinião pública – Mulheres que fazem sexo com mulheres*, 2002. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/final/novidades/opp%20130%20-%20Mulheres.ppt>>. Acesso em: 20 jan. 2003.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Contribuição da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para as Conferências Estaduais. Documento Base*. - I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.- Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004a. 60p.- (Série Documentos)
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004. 104 p.
- BUTLER, J. Fundamentos continentais: o feminismo e a questão do pós-modernismo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 11-42, 1998.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER. *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”*. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- CARRARA, S.; RAMOS, S. *Política, direitos, violência e homossexualidade*. Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT – Rio 2004. Rio de Janeiro: CEPESC, 2005.
- CARRARA, S.; RAMOS, S.; SIMÕES, J.; FACCHINI, R.. **Política, direitos, violência e homossexualidade**. Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT – São Paulo 2005. Rio de Janeiro: CEPESC, 2006.
- CARRARA, S.; SIMÕES, J. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 65-100, 2007.
- CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- CORRÊA, S. Gênero e sexualidade: deslocando o olhar da margem para o centro. Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos. **Jornal da Redesaúde**. Dec. 2001, p. 19-21.
- DOUGLAS, M. **Pureza e perigo: uma análise dos conceitos de poluição e tabu**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.
- FACCHINI, R. **Identidade, gênero, sexualidade e corpo entre mulheres com práticas homoeróticas na Grande São Paulo**. Apresentado ao Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 28, 2004b, Caxambu. Não publicado.
- FACCHINI, R. Mulheres, diversidade sexual, saúde e visibilidade social. In: RIOS, L. F. *et al* (orgs). **Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde**. Rio de Janeiro: ABIA, 2004a. p. 34-43.
- FACCHINI, R. **Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

- FACCHINI, R.; BARBOSA R. M. *Dossiê saúde das mulheres lésbicas: promoção da equidade e da integralidade*. Belo Horizonte: Rede Feminista de Saúde, 2006.
- FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 12 (1), p. 47-71, 2004.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1996.
- FRANÇA, I. L. **Cercas e pontes: o movimento GLBT e o mercado GLS na cidade de São Paulo**. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- FRANÇA, I. L. Sobre “guetos” e “rótulos”: tensões no mercado GLS na cidade de São Paulo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 227-256, 2007.
- FRY, P. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: **Para Inglês Ver: Identidade e Política na Cultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 87-115.
- FRY, P.; MACRAE, E. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- GRANADO, L. Mitos sobre a relação entre mulheres e a transmissão de DST/HIV. **Ousar viver**. São Paulo, ano 4, n. 6, jan. 1998. Distribuído encartado no periódico - Um Outro Olhar. São Paulo: Rede de Informação Um Outro Olhar, ano 12, n. 27, jan./abr. 1998.
- GUIMARÃES, C. D. **O homossexual visto por entendidos**. 1977. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- GUPTA, A.; FERGUSON, J. Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, Antonio A. (org). **O espaço da diferença**. Campinas, Papirus, 2000.
- HARAWAY, D. Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 22, p. 201-246, 2004.
- HEILBORN, M. L. Ser ou estar homossexual: dilemas de construção de identidade social. In: PARKER, R.; BARBOSA, R. M. (org.). **Sexualidades Brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; ABIA; IMS/UERJ, 1996. p. 136-145.
- LACOMBE, A. “Pra homem já tô eu”: masculinidades e socialização lésbica em um bar no centro do Rio de Janeiro. 2005. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- MACRAE, E. **A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura**. Campinas. Editora da Unicamp, 1990.
- McCLINTOCK, A. **Imperial leather: race, gender and sexuality in colonial contest**. New York: Routledge, 1995.
- MEINERZ, N. E. **Entre mulheres: estudo etnográfico sobre a constituição da parceria homoerótica feminina em segmentos médios na cidade de Porto Alegre – RS**. 2005. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

- MILLER, A. M. et. al. Health, Human Rights and Lesbian Existence. **Health and Human Rights**. vol.1, n. 4. 1995.
- MOORE, H. **Antropología y feminismo**. Madri: Cátedra, 1996.
- PARKER R. Sexual Rights: Concepts and Action. **Health and Human Rights** 1997; 2(3): 31-38.
- PERLONGHER, N. **O Negócio do Michê**: a prostituição viril. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PINTO, V. M. **Aspectos epidemiológicos das doenças sexualmente transmissíveis em mulheres que fazem sexo com mulheres**. 2004. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- POMPEU, F. Direitos que não podem calar. Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos. **Jornal da Redesaúde**. Dec. 2001, p. 22-25.
- SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. v.20, n.2. Porto Alegre, 1995. p. 71-99.
- SCOTT, J. W. O enigma da igualdade. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 13 (1), p. 11-30, 2005.
- SIMÕES, J. A.; FRANÇA, I. L. Do "gueto" ao mercado. In: GREEN, J. e TRINDADE, R. (orgs.) **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**. São Paulo, Ed. da Unesp, 2005.
- SOUZA, E. R. de. **Necessidade de filhos**: maternidade, família e (homo)sexualidade. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- VANCE, C. A Antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. **Physis** - Revista de Saúde Coletiva, v.5, n.1, 1995.
- VANCE, C. Social construction theory: problems in the history of sexuality. In: ALTMAN, D. *et al.* **Homosexuality, which homosexuality?**. London: GMP Publishers, 1989. p. 13-34.